



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Interessado: Secretaria Estadual da Saúde

Assunto: DECISÃO OGE/LAI n.º 197/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Saúde

ASSUNTO : Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Acesso a informações sobre a vacinação contra a Covid-19: Quantas doses da CORONAVAC teve a cota do Estado de São Paulo, quantas foram distribuídas a cada município, como foi a distribuição para os órgãos do governo. Ausência de resposta. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI n.º 197/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, solicitando acesso a vacinação contra a Covid 19.
2. A ausência de respostas motivou o recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta ficou saliente.
4. A ausência de respostas motivou o recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme disposto no artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
5. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta manteve-se saliente.
6. Na análise do caso, oportuno lembrar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, garante à *"todos o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado"*.
7. A Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI), regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, veio dar concretude a esse direito.
8. Cabe à Administração Pública, por intermédio dos seus órgãos e entes públicos, receber as manifestações de cidadãos e respondê-las, se for responsável pelas informações solicitadas, devendo conceder o acesso imediato àquelas disponíveis, ou, se for o caso, informar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido, ou, ainda, se não possuir a informação, indicar ao interessado, se for do seu conhecimento,

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



- o órgão ou entidade que a detém.(art. 15, § 1º, itens 1 a 3, do Decreto nº 58.052/2012).
9. Assim, imprescindível que o ente público se manifeste quanto à específica demanda de informações solicitada, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes, ou atentando para a necessidade de fundamentar, na hipótese de negativa de acesso à informação requerida, em vista de alguma das restritivas legalmente previstas.
 10. À vista do não atendimento da demanda até o presente momento, e, ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, caso existentes os dados solicitados, **conheço do recurso e dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da referida Lei federal nº 12.527/2011.
 11. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de maio de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado